

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NA ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA-DO-BRASIL (*BERTHOLLETIA EXCELSA*) NO ESTADO DO MATO GROSSO

THE ROLE OF ASSOCIATIONS AND COOPERATIVE IN STRUCTURING THE PRODUCTION CHAIN OF BRAZIL NUT (*Bertholletia excelsa*) IN THE BRAZILIAN STATE OF MATO GROSSO

Julianna Fernandes Marocco

Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial B do CNPq / Projetos CT-Amazônia e MapCast - jumarocco@hotmail.com

Sandra Milena Vélez Echeverry

Doutoranda no Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília - saveze@gmail.com

Eulália Soler Sobreira Hoogerheide

Pesquisadora na Embrapa Agrossilvipastoril - eulalia.hoogerheide@embrapa.br

Janaína Deane de Abreu Sá Diniz

Professora no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – Universidade de Brasília - janadiniz@unb.br

Grupo de Pesquisa: Grupo 8 - Cooperativismo e Associativismo no Meio Rural

Resumo

Algumas regiões ao Norte do estado do Mato Grosso abrigam florestas e recursos florestais não madeireiros com importância para a economia local, como é o caso da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), um produto de uso tradicional por diversas populações amazônicas. Ao gerar renda para as comunidades locais e contribuir para a conservação da floresta amazônica, a castanha é considerada um dos produtos da sociobiodiversidade prioritários para a estruturação de sua cadeia produtiva. Muitos incentivos vêm sendo feitos para se organizar e estruturar essa cadeia produtiva no estado e a atuação das associações e cooperativas locais tem sido primordial nesse processo. Com o intuito de compreender melhor o papel dessas organizações na cadeia da castanha-do-brasil no Mato Grosso, este artigo busca analisar a atuação desses empreendimentos na consolidação da cadeia produtiva da castanha no estado, a partir de suas contribuições nos processos de organização e representação social, valorização, certificação e acesso aos mercados pelos produtores extrativistas. A coleta de dados consistiu em um levantamento prévio de dados secundários. A partir da metodologia “bola de neve”, foram identificadas as organizações atuantes na cadeia em diferentes regiões do estado e, posteriormente, foram realizadas entrevistas com os representantes dessas organizações com base em questionários semiestruturados. A análise das informações foi realizada com auxílio do programa *Sphinx Léxica* e *Survey*, além do *Excel*. Foram entrevistados representantes de 17 organizações - 13 associações e quatro cooperativas - atuantes em diferentes regiões do estado. A atividade de coleta da castanha foi identificada em Programas de Assentamento, Propriedades Particulares de terceiros, Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Nos locais em que existem

projetos apoiados por organizações, a cadeia da castanha se apresenta mais estruturada e diversificada, sendo o caso das microrregiões de Arinos e Aripuanã.

Palavras-chave: castanha-do-brasil, cadeia produtiva, organização social, Amazônia.

Abstract

Some regions in the North of Brazilian State of Mato Grosso are home to forests and non-timber forest resources with importance to the local economy, such as the Brazil nut (*Bertholletia excelsa*), a product traditionally used by several Amazonian populations. When it generates income for local communities and contributes to the conservation of the Amazon forest, this nut is considered one of the priority sociobiodiversity products to have its production chain structured. Many incentives have been introduced to organize and structure this chain in the State of Mato Grosso and the activities of local associations and cooperatives have been overriding in this process. In order to better understand the role of these organizations in the Brazil nut production chain in Mato Grosso, this article seeks to analyze the performance of these enterprises in the consolidation of the production chain in the state, from their contributions in organizing processes and social representation, valuation, certification and market access by extractive producers. Data collection was made with a previous survey of secondary data. Using the "snowball" methodology, the active organizations were identified in the production chain in different regions of the state and, later, interviews were conducted with representatives of these organizations based on semi-structured questionnaires. Data analysis was carried out using Sphinx Lexica program and Survey, in addition to Excel. The Brazil nut gathering activity was identified in settlement programs, private property of third parties, as well as Conservation Units and Indigenous Lands. In localities where there are projects supported by organizations, the Brazil nut production chain is presented more structured and diversified, being the case of micro-regions of Arinos and Aripuanã.

Key words: *Brazil nut, productive chain, social organization, Amazon.*

1. Introdução

O Mato Grosso está localizado na região Centro Oeste do Brasil, sendo parte da Amazônia Legal, juntamente com os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. O estado está politicamente dividido em cinco mesorregiões – Centro-Sul, Nordeste, Norte, Sudeste e Sudoeste e o processo de ocupação do seu espaço agrário se deu a partir de um conjunto de atividades como o extrativismo florestal, agricultura extensiva e pecuária (SOUZA, 2012).

A economia do estado está fortemente focada em cadeias do agronegócio, principalmente na criação de gado de corte e cultivo de soja (SELUCHINESK, 2008). Também possui grandes investimentos em atividades econômicas relacionadas às cadeias produtivas de milho, algodão e pecuária. No entanto, os municípios com melhores indicadores econômicos e que recebem o maior volume de financiamento de

bancos privados e públicos, são geralmente os piores em indicadores ambientais (desmatamento/queimadas/venda de agrotóxicos) (SABOURIN; RODRIGUES, 2009).

Por outro lado, a Amazônia mato-grossense apresenta forte vocação para produtos florestais não-madeireiros, como copaíba, palmito, pequi e outras oleaginosas, que, em 2006, tinham aproximadamente 12.500 pessoas, incluindo indígenas e não indígenas, vivendo desses produtos (SOUZA, 2006). Entretanto, também de acordo com Souza (2006), o apoio institucional no estado ainda não contempla as necessidades da cadeia, persistindo grandes dificuldades de acesso aos castanhais, baixa qualidade das castanhas na fase inicial de produção, baixos níveis tecnológicos aplicados aos processos produtivos, reduzido poder de troca e negociação dos produtores como consequência da desorganização da classe e falta de pesquisa em relação ao comportamento do consumidor de castanhas.

Considerando o potencial de valorização de produtos extrativistas nos diferentes biomas brasileiros, em 2009 o Governo Federal estabeleceu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB. Esse plano teve por objetivo desenvolver ações integradas para promover e fortalecer as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, mediante a agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. Essas cadeias são definidas como

*"sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus *benefícios" (BRASIL, 2009, n.p.).*

A castanha-do-brasil é um desses produtos da sociobiodiversidade e o desenvolvimento de sua cadeia produtiva é uma das prioridades do PNPSB. No Mato Grosso, a cadeia produtiva da castanha vem se estruturando nas mesorregiões Norte e Nordeste (SOUZA, 2006), área de maior ocorrência do bioma amazônico no estado (IBGE, 2004), sendo que as organizações abrangidas neste estudo foram criadas entre 2005 (a mais antiga) e 2009 (a mais recente).

Como um aporte às pesquisas sobre a cadeia da castanha-do-brasil nos estados da Amazônia, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) coordena o Projeto Mapcast - Mapeamento de Castanhais Nativos e Caracterização Socioambiental e Econômica de Sistemas de Produção da Castanha-do-Brasil na Amazônia, com o intuito de compreender as particularidades da cadeia produtiva desta castanha em diferentes regiões da Amazônia. O Mato Grosso faz parte desse projeto e foi selecionado para compor o presente artigo pela atuação crescente do estado no mercado de castanha, além da diversidade de produtos derivados e, ainda, por ter apresentado, dentro do seu território, diferentes realidades de organização social, acesso aos castanhais, apoio externo e acesso aos mercados.

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar a atuação de cooperativas e associações na estruturação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil no Mato Grosso, considerando a contribuição destas organizações em processos de organização e representação social, valorização, certificação e estratégias de acesso aos mercados pelos produtores extrativistas envolvidos.

2. Políticas públicas e organização social para o extrativismo de castanha-do-brasil no Mato Grosso

A extração de produtos florestais não-madeireiros, no estado do Mato Grosso, é uma atividade relativamente recente e que vem sendo estruturada por associações e cooperativas, sendo que estas têm tido importante papel na mobilização social dos extrativistas da castanha, geração de renda local, diversificação de produtos e acesso aos mercados. Empregam funcionários para coleta e beneficiamento gerando renda adicional para agricultores familiares da região o qual se constitui em um modelo de sustentabilidade para o território promovendo práticas de valorização de remanescentes de florestas nativas pela presença de castanhais. Isso somado ao fato das cooperativas agirem como polos de coesão social contribuindo para uma visão mais ampla de desenvolvimento em escala territorial (GRANDO, 2014).

Na busca pelo sucesso nos negócios agropecuários, formas de organizações sociais foram criadas, como associações, cooperativas, sindicatos, entre outras. Muitas delas têm abrangência em escala localizada, porém poucas em escala territorial. Essas formas de organização partem da história do povoamento de cada região e geralmente são representadas por agricultores familiares (SABOURIN; RODRIGUES, 2009).

De um modo geral, desde a década de 1980 existe um grande esforço institucional para a criação de diferentes tipos de organizações coletivas para que haja representação dos extrativistas e promoção da produção nas áreas de extração de diversos estados da Amazônia. Contudo, a maior parte dessas organizações ainda enfrenta dificuldades para se manter, tendo inclusive sua representatividade questionada pelos seus próprios membros (DINIZ, 2008). Por outro lado, a diversidade de organizações existentes implica na necessidade de algumas mudanças em relação às ações para o desenvolvimento da região (BECKER, 2008).

As cooperativas se comportam, ao mesmo tempo, como entidade social e empreendimento econômico, uma vez que são organizações financiadas, administradas e controladas coletivamente, porém voltadas para o mercado, na busca por uma (auto) gestão eficiente (DINIZ, 2008). No Mato Grosso, algumas organização dos produtores em cooperativas, e também em associações, conseguem empoderar os extrativistas. Porém, ainda há necessidade de se acrescentar aspectos de gerenciamento nos negócios para agregar valor ao produto, assim como ampliar e obter novos nichos de mercado. Na mesma linha, aquelas organizações que processam a castanha devem gerenciar sua estrutura de custos, repassando os ganhos ao preço do produto para ganhar competitividade no mercado (SOUZA, 2006).

Nessa região, a agricultura familiar é o que prevalece, sendo foco de programas governamentais de desenvolvimento territorial. Dessa forma, as relações sociais existentes são intermediadas por organizações que realizam a articulação entre o poder público municipal, federal e a sociedade civil (GRANDO, 2014). Na região noroeste do estado, é comum encontrar pessoas que realizam atividades agroextrativistas incluídas nos planos de desenvolvimento local mediante o incentivo da coleta em áreas de floresta para comunidades tradicionais e assentados. Em muitos casos existe um trabalho de consolidação de cooperativas visando o beneficiamento das amêndoas e a geração de renda para os produtores extrativistas (WWF, 2012).

Apesar da região possuir uma variedade de recursos naturais, os municípios apresentam baixos indicadores de desenvolvimento humano e dinamismo econômico (GRANDO, 2014). Paralelo a isso, os benefícios econômicos da produção extrativa vegetal no

estado do Mato Grosso foram de 265,6 milhões de reais em 2007, sendo que apenas 0,66% desses foram obtidos da castanha, ou seja, 8,1 milhões (ANGELO *et al.*, 2013). Ainda assim, a cadeia produtiva da castanha-do-brasil possui um grande potencial de empregabilidade, principalmente durante a coleta, com mínimo impacto ambiental. Por este motivo, o governo vem elaborando políticas públicas específicas para a cadeia com maior participação dos grupos interessados (SOUZA, 2006).

No contexto do Plano Nacional das Cadeias da Sociobiodiversidade, o estado criou em 2009 a Câmara Técnica de Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade, sendo que no cenário econômico, a produção do estado cresceu induzida pelas iniciativas de apoio às comunidades, com projetos como "Promoção da Conservação e Usos Sustentável da Biodiversidade nas Florestas de Fronteira do Noroeste de Mato Grosso" para fortalecer a cadeia de produtos da sociobiodiversidade como alternativa ao modelo de desenvolvimento do noroeste, baseado fortemente na expansão da atividade madeireira e agropecuária. O projeto foi financiado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) e o *Global Environment Facility* (GEF), sob a coordenação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Sema/MT) no ano de 2010 (SEFAZ, 2016). Outros dois projetos importantes para a conservação ambiental no estado são o “Sentinelas da floresta” (Fundo Amazônia/BNDES) e “Cultivação” (Petrobras Socioambiental), com o envolvimento de produtores extrativistas ligados à Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM) e abrangência de oito municípios do noroeste do Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena).

3. Metodologia

Ao longo do ano de 2014, foi realizado um levantamento de informações secundárias referentes à cadeia produtiva da castanha-do-brasil no estado do Mato Grosso, a partir de relatórios e outros documentos elaborados por instituições de pesquisa e dados de organizações governamentais e não governamentais disponíveis na internet. Com base nessas informações, foram listadas as organizações atuantes nesta cadeia produtiva em diversas regiões do estado e em seguida suas lideranças e representantes foram entrevistados com base em um questionário semiestruturado que tinha o intuito de identificar os atores envolvidos na cadeia da castanha e certas características referentes à origem e quantidade de castanha comercializada, regimes de terra, canais de comercialização e organização social desses atores identificados.

Para identificar os principais atores da cadeia no estado foi utilizada a técnica “bola de neve”, que é uma técnica para encontrar sujeitos de pesquisa. Nela, um indivíduo dá ao pesquisador o nome de outro sujeito, que por sua vez fornece o nome de um terceiro, e assim por diante, até que os nomes citados passem a ser muitas vezes repetidos e não haja nenhuma nova referência (VOGT, 1999). Após esta etapa de identificação de atores, foram selecionadas algumas regiões para se obter informações mais detalhadas da cadeia com base nos interesses do projeto MapCast. Dessa forma, nos meses de julho e agosto de 2015, novos dados foram obtidos por meio de observações de campo e entrevistas *in loco* baseadas em questionários semiestruturados elaborados para compreender com maiores detalhes questões relacionadas à produção e comercialização de castanha pelas organizações e a atuação das mesmas em todo esse processo.

A elaboração dos questionários, assim como o registro e a análise das informações, foram realizados no programa *Sphinx Léxica* e *Survey* (FREITAS *et al.*, 2008), que permite análises quantitativas e qualitativas de dados. Para análise descritiva dos dados, utilizou-se também o software *Excel* e as observações em campo.

Durante a pesquisa, foram entrevistadas organizações que atuam em 24 municípios do norte mato-grossense (Figura 1), uma área que abrange 242.482 km², 50,2% da região norte do estado, onde há ocorrência da castanha. Vale lembrar que esses municípios pesquisados abrigam uma população de um pouco mais de 170 mil pessoas, correspondendo a 16,8% da população do Estado (IBGE, 2010).

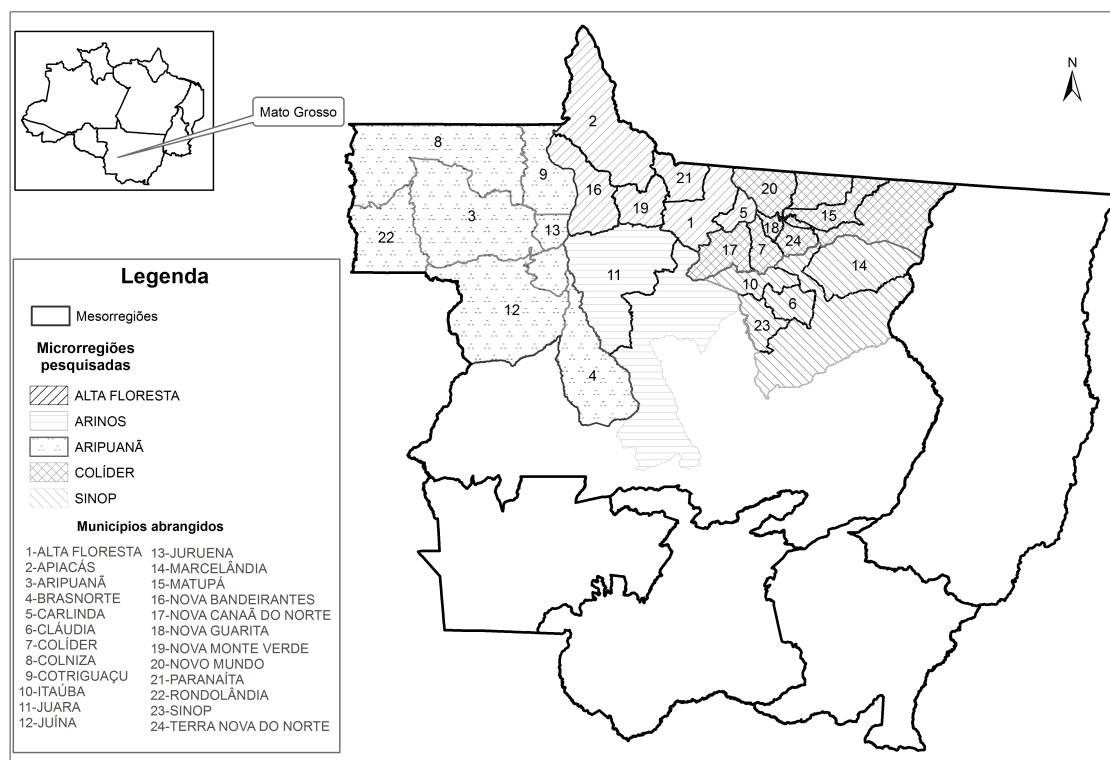


Figura 1 – Mapa das regiões e municípios abrangidos pela pesquisa no estado do Mato Grosso.
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da pesquisa e da base do software ArcGis.

Ao todo, foram entrevistados representantes de 17 organizações, dentre elas 13 associações e quatro cooperativas que atuam com esta castanha no estado do Mato Grosso. Quatorze dessas organizações (82,4%) tinham suas ações concentradas nas microrregiões de Arinos e Aripuanã, sendo estas 11 associações e três cooperativas. Uma outra cooperativa entrevistada atuava na região de Colíder e Sinop, juntamente com a única associação exclusivamente de produtores extrativistas de castanha. Em Alta Floresta foi encontrada apenas uma associação e nenhuma cooperativa. Vale destacar que também foram identificadas oito empresas privadas ativas e atuantes no ramo do beneficiamento e da comercialização da castanha no Estado: cinco na microrregião de Aripuanã, duas na região de Sinop e uma em Alta Floresta.

4. Resultados e Discussão

4.1. Organizações sociais: aspectos socioeconômicos

Todas as organizações entrevistadas foram criadas entre os anos de 2005 e 2009, porém o comércio de castanha já acontecia antes disso. As razões para que os produtores se organizassem para trabalhar com a castanha, seja na produção ou na comercialização, foram diversas. Três delas (17,6%), foram criadas para trabalhar especificamente questões relacionadas à castanha, enquanto que as demais (a grande maioria) aproveitaram as organizações locais já existentes para inserir a castanha como uma de suas prioridades de ação. No entanto, todas elas surgiram da necessidade de unir e organizar os produtores agroextrativistas em busca de uma venda coletiva, buscando melhores preços e novos mercados.

Em relação à representação social destas organizações entrevistadas, sete delas (41,2%) representavam associações de povos indígenas da região de Arinos e Aripuanã, mais especificamente das etnias Apiaká, Cinta Larga, Kaiabi, Munduruku, Rikbaktsa, Surui Paiteir e Zoró. Nessa mesma região, também registrou-se uma associação e uma cooperativa criadas por movimentos sociais de produtores agroextrativistas de uma Unidade de Conservação (UC) Estadual, o que demonstra uma significativa representação (52,9%), na cadeia da castanha, de organizações oriundas de povos que vivem em Área Protegidas no Mato Grosso. Esse resultado pode ser um reflexo da atuação dos conselhos de UCs, exigidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para tratar de temas que envolvem a área protegida (PALMIERI; VERÍSSIMO, 2009) e também pode ser uma consequência do apoio que estes povos, tanto oriundos de Terras Indígenas como de Unidades de Conservação, recebem de instituições não governamentais através de projetos de conservação e desenvolvimento local (APIZ, 2010; GAMEBEY, 2012; PACTO DAS ÁGUAS, 2013; NUNES & RUGNITZ, 2015).

Nessa mesma lógica de formação de organizações sociais a partir de um movimento de pessoas que compartilham de um mesmo regime de terra, foram entrevistadas duas representações (11,8%) em Aripuanã, em que uma cooperativa e uma associação foram formadas para representar produtores agroextrativistas de um Projeto de Assentamento criado na década de 1990 (VARGAS, 2006), que tiveram que aprender a trabalhar com a castanha como uma das poucas fontes de renda local. A associação, na verdade, foi criada a partir de uma demanda das mulheres que trabalhavam na cooperativa do assentamento e que viram na diversificação dos produtos de castanha, uma oportunidade de trabalho e renda.

Já em relação a limites geográficos, foram encontradas cinco organizações (29,4%) formadas para representar os produtores de seus municípios como um todo e que posteriormente apoiaram a cadeia da castanha, como foi o caso de duas associações de produtores rurais e uma cooperativa agropecuária na região de Aripuanã, uma associação de apicultores em Alta Floresta e uma cooperativa de agricultores em Colíder e Sinop. Em todo o estado, apenas na região de Sinop foi encontrada uma associação (5,9%) formada para representar a classe dos castanheiros do município, talvez pela necessidade desses trabalhadores serem representados frente às demais organizações locais ou pela falta de referência de compartilharem um mesmo regime de

propriedade, já que praticamente todos os produtores locais de castanha coletam em fazendas de terceiros, fato que será relatado mais adiante.

Todas as organizações trabalhavam no elo de produção de castanha e, de alguma maneira, em prol do desenvolvimento social dos produtores de castanha, uma vez que são organizações de representação desses produtores. Oito delas (47,1%) estavam atuando no ramo dos negócios, com destaque para as regiões de Arinos e Aripuanã, local de atuação de seis delas.

4.2. Regime de propriedade

De acordo com a atuação das organizações entrevistadas, foram identificados diferentes regimes de terra relacionados às áreas de coleta de castanha-do-brasil no Mato Grosso. Em todas as regiões estudadas, foram identificadas coletas tanto em Programas de Assentamento como em Propriedades Particulares de terceiros. Apenas em Arinos e Aripuanã houve ocorrência de coleta em Unidades de Conservação (UC) e, principalmente Terras Indígenas (TI). Vale ressaltar também que não houve nenhuma referência de coleta em propriedades particulares próprias (Figura 2).

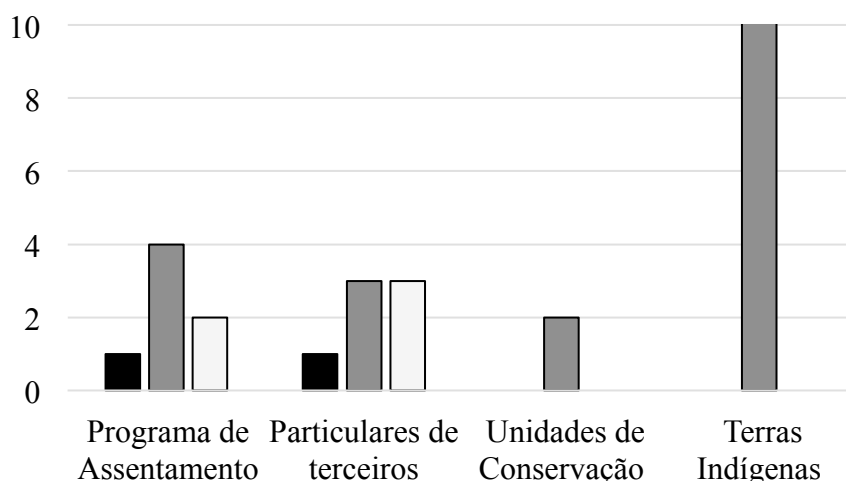


Figura 2 – Quantidade de organizações atuando em locais de coleta de castanha-do-brasil com diferentes regimes de propriedade da terra nas regiões de Alta Floresta (■), Arinos e Aripuanã (■) e em Colíder e Sinop (□), Mato Grosso. Fonte: pesquisa de campo.

Uma identificação mais detalhada desses locais de coleta pôde ser feita para as Áreas Protegidas, em que foram citados os nomes de nove Terras Indígenas (Parque Indígena Aripuanã, TI 9Apiaká-Kayabi, TI Aripuanã, TI Escondido, TI Japuira, TI Roosevelt, TI Serra Morena, TI Sete de Setembro e TI Zoró) e da única Reserva Extrativista de Uso Sustentável na região – Resex Estadual Guariba-Roosevelt. Com um pouco mais de 2,8 milhões de hectares (ISA, 2016), ainda que essas sejam áreas bem representativas de coleta de castanha, elas correspondem a apenas 5,8% da Mesorregião Norte Mato-grossense (IBGE, 2015).

Em todos esses regimes de terra, além da comercialização de castanha-do-brasil, foram citadas como outras fontes de renda para o produtor de castanha alguns produtos da agricultura familiar, os empregos nas fazendas e/ou cidade e os benefícios sociais do governo. Aqueles produtores extrativistas que coletavam castanha em propriedades particulares de terceiros tinham, de modo geral, como outras fontes de renda trabalhos

em fazendas ou com serviços gerais. Apenas na região de Arinos e Aripuanã, provavelmente pelo fato de a coleta ocorrer em Áreas Protegidas (tanto em Unidades de Conservação e Terras Indígenas como nas Reservas Legais dos assentamentos), foi onde a renda das famílias também era composta por outros produtos florestais como a seringa, copaíba, açaí e o artesanato. Os assentamentos, em geral, se destacaram ao apresentarem grande parte da renda das famílias do comércio de leite, além do plantio e comercialização de frutíferas e de guaraná produzidas nos assentamentos de Colíder e Sinop.

4.3. Estratégias de valorização de produtos e agregação de valor

4.3.1. Beneficiamento e Processamento

Apenas uma das associações entrevistadas não comercializava castanha. As outras 16 organizações comercializavam, pelo menos, castanha *in natura*, sem nenhum tipo de beneficiamento. A microrregião de Alta Floresta foi a única em que não foi identificado nenhum tipo de beneficiamento da castanha. Vale observar que todos os produtos processados de castanha eram do ramo alimentício e não foi citada nenhuma iniciativa de produção no ramo dos cosméticos.

As microrregiões de Arinos e Aripuanã se destacaram no processamento e diversificação da produção, sendo que das oito organizações que beneficiam a castanha, apenas uma associação de mulheres e uma cooperativa local optaram por diversificar sua produção para conseguir acessar novos mercados e toda a diversidade de produtos encontrada foi oriunda dessas duas organizações. Além disso, essas foram também as únicas regiões com iniciativas de comercialização de castanha *dry*², trabalho feito por uma associação indígena e uma cooperativa, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Produtos de castanha e quantidade de organizações que os comercializa em cada uma das regiões pesquisadas no Mato Grosso.

| | Alta Floresta | Arinos e Aripuanã | Colíder e Sinop |
|--------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Associação | Castanha <i>in natura</i> (1) | Amêndoa (1) | Castanha <i>in natura</i> (1) |
| | | Biscoito (1) | |
| | | Castanha <i>dry</i> (2) | |
| | | Castanha <i>in natura</i> (11) | |
| | | Macarrão (1) | |
| Cooperativa | | Amêndoa (2) | Amêndoa (1) |
| | | Barra de cereais (1) | Castanha <i>in natura</i> (1) |
| | | Biscoito (1) | |
| | | Castanha <i>in natura</i> (3) | |
| | | Farinha (1) | |
| | | Óleo (1) | |

Fonte: Pesquisa de campo.

² Castanha seca geralmente em secador rotativo, que ainda permanece com a casca, sendo muito apreciada nas festas de fim de ano no Brasil e no exterior, por compor o *mix* de diversas castanhas.

4.3.2. Certificação

Nesta pesquisa, foram encontrados três tipos de produtos certificados, todos oriundos das microrregiões de Arinos e Aripuanã. Além do óleo e da farinha processados por uma cooperativa da região, as amêndoas desta e de outras três organizações entrevistadas possuem selo de certificação da Ecocert, que garante a qualidade orgânica desses produtos. Todas essas quatro organizações adquirem castanhas tanto de produtores agroextrativistas como de outras associações extrativistas, o que significa que a certificação beneficia muitas outras organizações. Além de ter maior valorização no seu preço de mercado, inclusive no institucional, que chega a pagar 30% a mais pela castanha certificada (Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011²), existe a garantia de que as castanhas passam por cuidados essenciais à sua melhor qualidade. Este tipo de produto têm sido cada vez mais uma exigência do consumidor (VENTURA, 2009).

Embora possa parecer redundante a certificação orgânica da castanha, um produto extrativista, no Estado do Mato Grosso isso faz bastante sentido, uma vez que muitos castanhais estão entremeados por campos agrícolas em que a aplicação aérea de agrotóxico é uma realidade (CUNHA, 2008; PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007).

4.3.3. Mercados institucionais

Dois programas do Governo Federal estão contribuindo para a comercialização e consumo de castanha no Mato Grosso, ambos vinculados ao Programa Fome Zero: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste estudo foram encontradas seis associações e duas cooperativas que acessam essas políticas de governo (Tabela 2), sendo que a maior parte delas (77,8%) acessa o PAA.

Enquanto o PNAE trabalha somente com amêndoas, o PAA tem possibilitado uma maior diversidade de produtos de castanha, com diferentes graus de processamento. Até 2015, nenhuma associação da região de Colíder e Itaúba havia acessado o mercado institucional e em Alta Floresta, uma mesma associação acessa os dois programas de compra. Ainda assim, todas as cooperativas e grande parte das associações que acessam o mercado institucional são organizações que atuam na região de Arinos e Aripuanã e são elas que oferecem ao programa o único produto processado oriundo da castanha.

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm

³ Modalidades Compra Antecipada para Formação de Estoque e Compra com Doação Simultânea.

Tabela 2 – Participação das organizações nos programas de compras institucionais no Mato Grosso, com os respectivos produtos comercializados.

| | PAA | PAA Produtos | PNAE | PNAE Produtos |
|--------------------------|------------------|---------------------------|-----------------|------------------|
| Colíder e Sinop | Associação (1) | Amêndoa | | |
| Alta Floresta | Associação (1) * | Castanha <i>com casca</i> | Associação (1) | Amêndoa |
| Arinos e Aripuanã | Associação (4) | Amêndoa | Cooperativa (1) | Amêndoa |
| | Cooperativa (1) | Barra de cereal | | |
| | | Biscoito | | |
| | | Macarrão | | |

Fonte: Pesquisa de campo.

Não foi possível conseguir informações mais detalhadas sobre o PNAE no estado, porém uma análise feita com os dados da Conab dos últimos sete anos (2009 a 2015) mostrou que no Mato Grosso aproximadamente R\$ 6,7 milhões foram destinados à compra de produtos da castanha pelo PAA. Destes, foram destinadas 63,3 mil toneladas de amêndoas e outros produtos a instituições em situação de insegurança alimentar e nutricional através da modalidade Doação Simultânea, o que movimentou praticamente R\$ 875 mil (o preço médio pago pelo quilo da amêndoa foi de R\$ 13,13 ± 1,31). A maior parte desse recurso (60,1%) foi movimentado por uma cooperativa e três associações da região de Aripuanã; mais de um quarto desse valor (28,1%) foi para duas associações da região de Sinop e o restante (11,8%) foi para três associações de Alta Floresta (CONAB, 2016).

Nesse mesmo período, mais de 4,9 mil toneladas de castanha com casca foram comercializadas com apoio da Conab, o que chega a um valor total de R\$ 5,8 milhões (média de R\$ 1,14 ± 0,26 por quilo de castanha com casca). Apenas organizações em Aripuanã (quatro Associações e uma Cooperativa) acessaram a modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), que é uma modalidade que exige que a organização esteja bem estruturada e com mercado, sendo que a cooperativa em questão foi responsável por praticamente um quarto dessas quantidades (24,13%) (CONAB, 2016).

4.4. Boas Práticas de Manejo

Foram registradas capacitações sobre Boas Práticas na produção de castanha em sete (41,2%) das 17 organizações entrevistadas, dentre elas uma associação da região de Sinop, outra de Alta Floresta e três cooperativas e duas associações de Aripuanã. Destas, apenas uma associação da região de Aripuanã (14,3%) afirmou que as boas práticas vêm realmente sendo aplicadas na etapa de produção da castanha, o que confirma a dificuldade encontrada na adoção dessas práticas.

Os membros das demais associações entrevistadas acreditam que a questão cultural e o comodismo é o que faz com que os produtores não mudem seus costumes e não realizem as Boas Práticas aprendidas. Já os representantes das cooperativas, além da resistência cultural criada pelos antigos comerciantes que compravam a castanha de qualquer maneira, relatam que os produtores extrativistas precisam vender sua produção de castanha o quanto antes, pois dependem disso para sustentar suas famílias no dia-a-dia e, como não existe nada que os estimule a fazer as recomendações das Boas Práticas (o preço não é diferenciado e os produtores agroextrativistas não compreendem a real

importância de se ter um produto de qualidade – muitas vezes enxergam a castanha como fonte de renda e não como um alimento), estas recomendações acabam não sendo aplicadas.

Desta forma, as principais dificuldades citadas como sendo um empecilho para a realização das Boas Práticas foram as seguintes: falta de interesse por parte do produtor em mudar seus hábitos; necessidade de investimento financeiro, especialmente em estrutura e materiais para lavar, secar e armazenar a castanha; e relação de dependência do produtor com o mercado.

A título de exemplo, uma das associações pesquisadas está tendo dificuldade em realizar as boas práticas devido ao aumento repentino na produção de castanha, fato ocorrido por terem recentemente começado a participar de um projeto de fomento à produção. Já as cooperativas e empresas privadas citam como obstáculos à aplicação das Boas Práticas a falta de interesse de cada produtor, assim como as dificuldades de se armazenar, secar e transportar castanha. Também citam o fato dos atravessadores comprarem castanha sem nenhuma exigência e a falta de mão de obra suficiente para que a coleta ocorra em todas as áreas ainda nos primeiros meses da safra.

5. Considerações finais

Os produtores de castanha-do-brasil no Estado do Mato Grosso vêm buscando melhorar sua organização social em busca de melhores condições para a comercialização do produto. As regiões de Arinos e Aripuanã se apresentam melhor organizadas e com experiências bem sucedidas de beneficiamento e agregação de valor à castanha-do-brasil.

O acesso a políticas públicas, por meio da venda a mercados institucionais e certificação de produtos tem estimulado a atividade produtiva da castanha-do-brasil e aumentado renda dos trabalhadores. Além disso, as atividades em torno da cadeia produtiva da castanha-do-brasil geram empregos e podem favorecer a igualdade de gênero, uma vez que estão dando oportunidades para as mulheres trabalharem, principalmente na quebra da casca. As consequências disso talvez sejam incalculáveis, pois mexem com a autoestima e autovalorização dessas pessoas.

O apoio de organizações governamentais e não governamentais às associações e cooperativas favorece a aprovação de projetos que estão beneficiando o trabalho extrativista como um todo. Observa-se que nos locais em que existem esses projetos a cadeia da castanha é mais estruturada e diversificada, como por exemplo as microrregiões de Arinos e Aripuanã. Esses projetos e as articulações entre diferentes organizações têm proporcionado melhores condições de trabalho e melhores condições de vida ao produtor agroextrativista e sua família. Essas melhorias nas unidades familiares, comunitárias e organizacionais, sendo mantidas e/ou ampliadas para o conjunto de associações e cooperativas envolvidas na cadeia produtiva da castanha-do-brasil no estado, permitirão, assim, uma estruturação da cadeia nas regiões de maior ocorrência da espécie no estado do Mato Grosso.

6. Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio dos projetos “Avanços no conhecimento, tecnologias e processos para o manejo sustentável da castanha-do-brasil, na Amazônia Ocidental” (Edital CNPq 48/2013) e “MapCast - Mapeamento de Castanhais Nativos e Caracterização Socioambiental e Econômica de Sistemas de Produção da Castanha-do-brasil na Amazônia” (Chamada Embrapa 05/13). Agradecemos os atores entrevistados na pesquisa de campo, assim como Kátia Emídio pela elaboração do mapa e Lúcia Wadt pela leitura e comentários sobre o texto.

7. Referências Bibliográficas

ANGELO, H.; POMPERMAYER, R.S.; ALMEIDA, A.N.; MOREIRA, J.M.M.A.P. O custo social do desmatamento da Amazônia brasileira: o caso da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*). **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 23, n. 1, p. 183-191, jan.-mar., 2013.

APIZ. **Projeto de Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentado das Florestas**. Programa Integrado da Castanha – PIC. 3.ed. Defanti. Cuiabá, MT, 2010.

BECKER, B. Redefinindo a Amazônia: o Vetor técnico-ecológico. In: CASTRO, I. E. de et. al. (org.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 223-244.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, julho de 2009.

CONAB. Transparência Pública do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em: 29 de março de 2016.

CUNHA, J. P. A. R. 2008. Simulação da deriva de agrotóxicos em diferentes métodos de aplicação. **Revista Ciência Agronômica** 39(4):487-493.

DINIZ, J.D.A.S. **Avaliação-construção de projetos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira: caso da castanha-do-brasil**. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; ANDRIOTTI, F.K.; COSTA, R.S.; FREITAS, P. **Sphinx Aprendiz**. Canoas: Sphinx, 2008.

GAMEBEY. **Projeto de Carbono Florestal Suruí**. IDESM. Manaus, AM, 2012.

GRANDO, R.L.S.C. **Território em construção: desenvolvimento territorial, organização social e políticas públicas no Território Portal da Amazônia, Mato Grosso**

(MT). Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo demográfico. 2010. <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 28 de março de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2015. <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 de março de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mapa de biomas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **De olho nas Terras Indígenas**. 2016. <http://www.ti.socioambiental.org/>. Acesso em: 28 de março de 2016.

NUNES, P. C.; RUGNITZ, M. T. **Promovendo alternativas econômicas para a conservação das florestas e a valorização dos serviços ambientais indígenas e dos agricultores familiares**: resultado do Projeto Poço de Carbono Juruena - 2ª fase, 2015.

PACTO DAS ÁGUAS. **Pacto das Águas**: construindo caminhos de sustentabilidade na Amazônia. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã. Aripuanã, MT, 2013. Disponível em: <http://pactodasaguas.org.br/>.

PALMIERI, R; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação**: guia sobre sua criação e seu funcionamento. Piracicaba: Imaflora. Belém: IMAZON. . 2009.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Ciência & Saúde Coletiva** 12(1), 2007, p.105-114.

SABOURIN, E.; RODRIGUES, J. A. Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais da agricultura familiar no Território do Portal da Amazônia – Mato Grosso. In: **Desenvolvimento Territorial. Diretrizes para a Região da BR-163**. Projeto Diálogos. Brasília: WWF-Brasil, 2009. p. 45-81.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO MATO GROSSO - SEFAZ. Seminário da castanha-do-brasil vai discutir políticas públicas para a produção sustentável. Disponível em: http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/?action=noti&codg_Noticia=14217. Acesso em mar. 2016.

SELUCHINESK, R.D.R. **De heróis a vilões**: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, I.F. **Cadeia produtiva de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) no estado de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade

Federal de Mato Grosso do Sul Universidade de Brasília Universidade Federal de Goiás, Campo Grande/MS Brasília/DF Goiânia/GO. 2006.

SOUZA, E. A. Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica. Estado e políticas públicas. **Tempos Históricos**. Vol. 16, 2º Sem., 2012, p. 127-144.

VARGAS, L. N. **Vale do Amanhecer, retrato de um assentamento:** modelo de reforma agrária para a Amazônia Mato-grossense? Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Pós-Graduação em Agricultura Tropical, 2006.

VENTURA, R. **Mudanças no perfil do consumo no Brasil:** principais tendências nos próximos 20 anos. Macroplan – Prospectiva, Estratégia e Gestão. Rio de Janeiro – RJ, 2009. Disponível em: www.macropplan.com.br. Acesso: 05 de abril de 2016.

VOGT, W. P. **Dictionary of Statistics and Methodology:** A Nontechnical Guide for the Social Sciences, London: Sage, 1999.

WORLD WIDE FUND - WWF. **Desenvolvimento Sustentável no Noroeste do Mato Grosso.** Projeto BR. Relatório Técnico, 2012.